

Associação Portuguesa de Urbanistas

Eleições para o Mandato de 2021/2024

Programa de Candidatura

Dignificar a atividade profissional e o urbanismo

Numa altura em que o ordenamento do território e o urbanismo ganham redobrada importância, seja por exigência da legislação afim, seja pelo imperativo de nos adaptarmos aos novos fenómenos climáticos, seja pela necessidade de retomarmos (e reavaliarmos) a normalidade do nosso quotidiano, seja ainda por razões de coesão social e territorial, o exercício profissional do urbanismo exige competências académicas e de prática que sejam reconhecidas e valorizadas, dignificando e responsabilizando quem pratica a atividade.

A. Atividade profissional

1. Consolidação interna

Serão desenvolvidas ações conducentes à consolidação interna da Associação, tendo como centro de gravidade o reforço dos princípios estatutários, dos valores do ordenamento do território e do urbanismo, e da sua prática.

Será promovida a elaboração do Código Deontológico dos Urbanistas, propondo-se para o efeito a criação de um grupo de trabalho sob a égide e orientação do Conselho Deontológico.

2. Relação institucional com outras organizações profissionais nacionais

Será promovido o desenvolvimento das relações institucionais com outras organizações profissionais de âmbito nacional, designadamente, através da articulação conjunta de ações e eventos com o Colégio de Arquitetos Urbanistas da Ordem dos Arquitetos, com a Especialização em Planeamento e Ordenamento do Território do Colégio de Engenharia Civil da Ordem dos Engenheiros e também com a Associação Portuguesa de Geógrafos, a Associação Portuguesa de Arquitetos Paisagistas, e a Ad Urbem – Associação para o Desenvolvimento do Direito do Urbanismo e da Construção, entre outras.

3. Relação com as escolas portuguesas de urbanismo e ordenamento do território

Considerando a importância das instituições de ensino superior na formação de Urbanistas, e o papel que pode e deve caber à APU quer no domínio do ensino do urbanismo, aproximando-o às realidades e necessidades, quer

no domínio da formação contínua, servindo os interesses da profissão e, com isso, das comunidades, procurar-se-á desenvolver uma articulação profícua com estas escolas, tendo em vista eventuais iniciativas conjuntas quer no âmbito do ensino e formação profissional, quer no da investigação.

Nesta linha, e por extensão, será procurada uma estreita relação com a Associação Europeia de Escolas de Planeamento – AESOP, fomentando oportunidades de partilha de experiências, de trocas de informação ao nível da formação e investigação, nomeadamente novas abordagens metodológicas.

4. Integração dos profissionais com intervenção nos domínios do ordenamento do território e do urbanismo

Serão desenvolvidos redobrados esforços no sentido da integração dos profissionais que exercem a sua atividade nos domínios do ordenamento do território e do urbanismo e que não são ainda membros da APU, nomeadamente aqueles que desempenham funções na Administração direta e indireta do Estado, na Administração autónoma (incluindo a Administração Regional, Administração Local e as associações públicas) e nas Universidades.

5. Valorização da atividade e qualificação profissional

Procurar-se-á a máxima participação ativa na valorização da atividade profissional e na clarificação do enquadramento do exercício da profissão, designadamente no processo de qualificação e de reconhecimento e certificação profissional do urbanista.

Continuar-se-á a missão de difundir os princípios, valores e conhecimentos que estruturam a teoria e prática do urbanismo nomeadamente através da dinamização do site da Associação e da publicação regular dos Cadernos de Urbanismo.

Para além dos encontros temáticos que a atualidade justifique, serão envidados todos os esforços no sentido de garantir a realização regular de encontros profissionais alargados com uma periodicidade bianual, bem como da realização periódica (desejavelmente anual) das Jornadas/Congresso da APU.

B. Relacionamento com os poderes públicos e com a sociedade civil

1. Relações institucionais com os poderes públicos nacionais

Pugnar-se-á para que a APU seja reconhecida como parceira social representativa do urbanismo e dos urbanistas em Portugal, nas questões que envolvam o ordenamento do território e urbanismo em geral, e a prática profissional em particular.

2. Relacionamento com a sociedade civil

Promover-se-á a abertura e comunicação da APU aos cidadãos, de modo a incentivar a sua informação e participação nos atos próprios do urbanismo e que os afetem diretamente, contribuindo assim para a formação de uma maior consciência cívica no que ao urbanismo diz respeito.

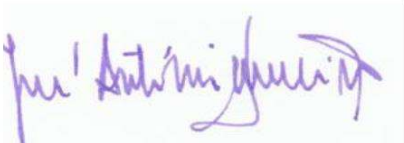
C. Articulação internacional

Na senda da prática das extintas associações de urbanistas portuguesas, será dada continuidade ao relacionamento com entidades congéneres internacionais – ECTP-CEU, FIU, ISOCARP, Ordem dos Urbanistas do Québec e Instituto dos Urbanistas do Canadá.

Procurar-se-á iniciar novas colaborações, em especial nos países lusófonos.

Será desenvolvida toda a colaboração possível da APU na organização de eventos da iniciativa de organizações internacionais da esfera do urbanismo, com particular atenção à articulação com a AETU e a FIU para a realização dos congressos ibéricos e ibero-americanos de urbanismo.

Porto e Lisboa, 29 de dezembro de 2020



(José António Lameiras, urbanista)